


A DIALÉTICA VIRTUAL X REAL: A PRIMAVERA ÁRABE E JUNHO DE 2013

THE VIRTUAL VS. REAL DIALECTIC:
THE ARAB SPRING AND JUNE 2013

LA DIALÉCTICA VIRTUAL X REAL:
LA PRIMAVERA ÁRABE Y JUNIO 2013

Wellington dos Santos Figueiredo¹

 0000-0003-1067-1361

wellington.figueiredo@uol.com.br

Ano XXVII - Vol. XXVII - (4): Janeiro/Dezembro - 2023

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.aghbauru.org.br

¹ Pós-Doutor em Comunicação (UNESP-Bauru). Doutor em Mídia e Tecnologia (UNESP-Bauru). Mestre em Comunicação (UNESP-Bauru). Bacharel e Licenciado em Geografia. Licenciado em Pedagogia. Membro da Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Local Bauru – SP e do Comitê Editorial da Revista Ciência Geográfica. Professor da Escola Técnica Estadual “Astor de Mattos Carvalho”, Cabrália Paulista - SP (Centro Paula Souza). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1067-1361>. E-mail: wellington.figueiredo@uol.com.br.

Artigo recebido em outubro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Com o impulso comunicacional propiciado pela tecnologia nos últimos anos e o surgimento de novos meios de veiculação de mensagens, nota-se uma inovadora forma de articulação caracterizada pelo uso de ferramentas, tais como as redes sociais, potencializando os seus objetivos. Tendo como referência a Primavera Árabe e junho de 2013, este artigo discute a integração entre as ruas e as redes sociais, e os seus reflexos no cenário político.

Palavras-chave: Redes Sociais. Manifestações Populares. Primavera Árabe. Jornadas de Junho. Mídia e Democracia.

ABSTRACT: With the communication boost provided by technology in recent years and the emergence of new means of conveying messages, there has been an innovative form of articulation characterised by the use of tools such as social networks, enhancing their objectives. With the Arab Spring and June 2013 as a reference, this article discusses the integration between the streets and social networks, and their impact on the political scene.

Keywords: Social Media. Popular demonstrations. Arab Spring. June Days. Media and Democracy.

RESUMEN: Con el impulso comunicativo proporcionado por la tecnología en los últimos años y la aparición de nuevos medios para transmitir mensajes, se ha producido una innovadora forma de articulación caracterizada por el uso de herramientas como las redes sociales, potenciando sus objetivos. Tomando como referencia la Primavera Árabe y junio de 2013, este artículo analiza la integración entre la calle y las redes sociales, y su impacto en la escena política.

Palabras clave: Medios de comunicación social. Manifestaciones populares. Primavera Árabe. Jornadas de Junio. Medios de comunicación y democracia.

NET-ATIVISMO: MILITÂNCIA DIGITAL NA ERA GLOBAL

O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar as redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais. Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade

em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. Prefiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais. (CASTELLS, 2013, p. 165)

O protagonismo social e político dos movimentos sociais ganhou uma nova forma de expressão com a utilização da internet como aliada e instrumento de luta. Nas palavras de Castells (2004, p. 255): “Internet é o tecido de nossas vidas neste momento. Não é futuro. É presente”. Perante as transformações impostas pela internet no espaço geográfico ao longo das últimas décadas, o seu impacto na sociedade ocorreu dos mais variados e distintos aspectos. Tais transformações se deram na economia, comunicação, relacionamentos sociais, política, cultura e no próprio Estado, entre outros campos.

A internet rompeu a linearidade das grades de programação das emissoras de rádio e televisão, e passou a criar nichos de audiência por demanda, de conteúdos sonoros e audiovisuais disponíveis para recepção digital portátil e individualizada. A popularização da internet móvel vai rompendo a antiga hegemonia de produtores e de veículos difusores massivos e cria desafios produtivos e econômicos para o setor tradicional, abrindo possibilidades para os novos arranjos de produção e difusão de conteúdos e formatos audiovisivos.

A cibercultura ampliada pela rede mundial de computadores traz consigo um padrão global de desenvolvimento tecnológico e toda sorte de modificações culturais, que provocam uma gradativa e profunda revolução nos hábitos coletivos de pensar, viver, aprender e, sobretudo, de se comunicar.

A presente era é dominada pela tecnologia e marcada pela facilidade de receber informação a qualquer momento. A internet, com o avanço tecnológico e o advento das redes sociais, encampou-se em uma plataforma de comunicação plural e conflitiva, com mobilidade e agilidade, facilitando o intercâmbio e o compartilhamento não só de textos e de imagens, mas de outros formatos multimídia.

Se for necessário que um sentimento seja partilhado, é no campo da comunicação em rede onde os movimentos ganham força. No contexto das redes sociais uma nova lógica de fluxo informativo surge. Antes, havia um único transmissor e uma massa de receptores, que até poderia opinar, desde que sobre o tema proposto pelo emissor – ou pelos meios de comunicação de massa: a televisão, os jornais impressos, o rádio etc. Atualmente, as informações digitais são acessíveis para todos e são produzidas também por todos. A rede mundial de computadores dispõe da vantagem incomparável de ser meio audiovisual com recursos para propiciar comunicação multilateral, que permite ao internauta, a sensação de efetiva presença e colaboração em uma atividade da qual ele esteja participando em tempo real.

As tecnologias de informação e comunicação, sobretudo as redes sociais da internet, não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua por meio de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social (SAKAMOTO, 2013).

O reticular não substitui, tampouco elimina a forma material. Novos arranjos sociais, econômicos e culturais brotam dessa relação urbano-digital. A nova ambiência comunicacional, a internet, produz uma lógica que reconfigura os processos de mobilização social e de cidadania. Ao utilizarem-se dos recursos modernos dos meios de comunicação para dar visibilidade às suas lutas e conquistas, os movimentos sociais redimensionam as suas práticas e lutas sociais. Ou seja, as suas lutas, embora localizadas territorialmente, conseguem dialogar com a sociedade civil tanto de seus países, como do mundo, possibilitando um diálogo interativo entre o local e o global.

TUNÍSIA, DEZEMBRO DE 2010: O DESABROCHAR DA PRIMAVERA

Multidões foram às ruas na Tunísia, no Egito, na Líbia e, finalmente, na Síria. Em todos esses países, os manifestantes haviam utilizados as mídias sociais para criticar o governo, denunciar as tentativas de repressão e coordenar hora e local dos protestos. O Twitter, escreveu Andrew Sullivan na *Atlantic*, se revelara numa “ferramenta crucial para a organização”. Nos conflitos do século XXI, afirmou igualmente Nicholas Kristof no *New York Times*, “os capangas do governo disparando balas” cada vez mais enfrentariam a resistência de “jovens manifestantes disparando tuítes”. (MOUNK, 2019, p. 174).

Principiada após o inverno, a primavera traz consigo um clima mais ameno, além da diversidade de flores e cores. Esta estação do ano é caracterizada como a mais bela época do ano. Por tratar-se de um período de transição entre temperaturas mais baixas (inverno) e temperaturas elevadas (verão), as intempéries certamente são mais amenas quando comparadas ao resto do ano. É na primavera que a maior parte da flora se desabrocha, fazendo com que, de modo geral, a paisagem fique mais viva e agradável. Por esta razão, o período primaveril também é sinônimo de juventude, fertilidade, novidade e renascimento.

Primavera Árabe é o nome dado à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe que eclodiu em 2010. A origem dos protestos é o agravamento da situação dos países, provocado pela crise econômica e pela falta de democracia – ou junção de ambos. Como a estação do ano, esse movimento social envolveu juventude, novidade e renascimento.

O epicentro da Primavera Árabe tem o seu primeiro tremor na cidade de Sidi Bouzid, situada na empobrecida região central da Tunísia, ao sul de Tunís. Naquele lugar, o vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, em chamas, autoimolou-se, às 11h30, do dia 17 de dezembro de 2010, defronte a um prédio do governo. O gesto extremo foi um ato de protesto pelo repetido confisco de sua banca de frutas e verduras pela polícia, mediante a recusa de Mohamed Bouazizi em pagar propina para poder exercer o seu trabalho. Além do confisco, o vendedor foi agredido, verbalmente em público. Ali, primo de Mohamed Bouazizi, registrou o suicídio e o distribuiu, por vídeo, pela internet. Uma fotografia que acompanhava os protestos sociais tunisianos, testemunhou o acontecido, registrou-o, e

inseriu o conteúdo na internet. O compartilhamento, via internet, esquivou-se da censura midiática imposta pelo então presidente Ben Ali. Ressalte-se que o blog *Nawaat*, de Astrubal teve importante papel na disseminação em rede. O mundo, com acesso às redes e sociais, assistiu ao ato de desespero de Mohamed Bouazizi. Os movimentos de solidariedade foram imediatos.

Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. Começaram no sul e no norte, na Tunísia e na Islândia, e de lá a centelha acendeu o fogo numa paisagem social diversificada e devastada pela ambição e manipulação em todos os recantos deste planeta azul. (CASTELLS, 2013, p. 12).

De acordo com as informações divulgadas pela Dubai School of Government, a propagação do movimento de indignação Primavera Árabe, para toda a região do Norte da África e do Oriente Médio, não teria sido possível sem os recursos e dispositivos proporcionados pelas redes sociais. Nos outros países em que a Primavera Árabe se fez presente, as redes sociais também mostraram sua robustez e colaboraram na organização dos protestos. Durante os protestos do mundo árabe, o Twitter foi amplamente utilizado para que muitos países ocidentais fossem informados a respeito do que lá acontecia. Isso porque o acesso da imprensa internacional a alguns desses locais era muito restrito. Este cenário fez com que a cobertura e a repercussão da revolução não ficassem restrita aos países da região, mas que ganhassem o mundo. Os Indignados (Espanha), *Occupy Wall Street* (Estados Unidos), Revolução Egípcia, Islândia, Portugal, Insurreições Árabes e as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil, são exemplos de movimentos, que, embora surgidos em contextos diferentes, têm o mesmo estopim: a não confiança nas instituições e a busca de novas formas de participação na vida política. Nesse cenário, a tecnologia, e sobretudo as redes sociais, converteram-se em poderosos instrumentos de ação e captura de sentidos.

CATALISANDO SENTIMENTOS: BRASIL, JUNHO DE 2013

“Seja bem-vindo à Copa das Manifestações”.

Dizeres de um cartaz exibido durante as Jornadas de Junho de 2013.

Qualquer um que cruzasse o largo Glênio Peres, no centro de Porto Alegre, por volta das 18h de 21 de janeiro de 2013, duvidaria que estava a nascer ali um movimento de indignação que mudaria a história recente do Brasil. O motivo era óbvio. As cerca de 200 pessoas reunidas no local nem de longe preenchiam seus 6.309 metros quadrados, com pavimentação de pedras portuguesas. O ato naquela segunda-feira fora convocado nas redes sociais pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, o BLTP, um coletivo que agregava diferentes grupos ativistas do Rio Grande do Sul.

A causa da manifestação não deixava de ser irônica. O BLTP protestava contra o aumento no preço da passagem de ônibus, contudo, até aquela data, nenhuma empresa havia pedido oficialmente o reajuste. O Bloco trabalhava por antecipação. Normalmente, o valor do bilhete subia em meados de fevereiro. Entre os personagens daquela noite quente estavam estudantes, feministas, anarquistas e militantes do PSTU, PT e PSOL. Eles faziam o seu segundo ato dali a uma semana, no mesmo lugar, também organizado pela internet.

(...)

E no rescaldo, conduziu a extrema-direita ao Palácio do Planalto. Em breve, as armas dessa contenda seriam as *fake news*. (DI FÁTIMA, 2019, p. 211-215).

As manifestações de Junho de 2013 ocorridas no Brasil, também foram eventos em que as redes sociais exerceram destacada atuação. Os protestos começavam no ciberespaço, expandiam-se pelas ruas e repercutiam mundialmente. Rua e rede se interpenetraram fazendo emergir uma política colaborativa direta e em tempo real.

Também conhecidas como Jornadas de Junho de 2013, o evento teve o seu núcleo de origem no grupo Movimento Passe Livre (MPL) que por meio das redes sociais conseguiu reunir grande massa de jovens estudantes e trabalhadores para irem às ruas protestar contra o aumento das tarifas e exigir qualidade no transporte coletivo². A partir de São Paulo³, disseminou-se por diversas cidades brasileiras, mobilizando milhares de pessoas no que se tornaria, naquele momento, a maior série de manifestações de rua desde o movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, ocorridas em 1992.

Embora esses movimentos frequentemente se iniciem em redes sociais da Internet, eles não são identificados como movimentos até que tomem o espaço urbano, em geral pela ocupação permanente de praças públicas ou pela persistência nas manifestações de rua. O espaço do movimento consiste em uma interação entre o espaço dos fluxos na Internet e nas redes de comunicação sem fio, e o espaço dos lugares das áreas ocupadas e dos edifícios simbólicos que são alvos de ações de protestos. Esse híbrido de ciberespaço e espaço urbano constitui um terceiro espaço que chamo de espaço da autonomia. Isso se dá porque a autonomia apenas pode ser garantida pela capacidade de organização no espaço livre das redes de comunicação, mas, ao mesmo tempo, somente pode ser exercitada como uma força transformadora quando desafia a ordem disciplinar institucional por meio da recuperação do espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio se torna desistência. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo descontínuo. Dessa maneira, o espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. (CASTELLS, 2015, p. 49).

As Jornadas de Junho de 2013 foram manifestações heterogêneas. Nelas, se identificaram uma nova forma de movimento social integrada por jovens escolarizados, em sua predominância de classe média, alguns ligados a partidos de esquerda, outros eram apartidários, conectados por, e em redes sociais, organizados horizontalmente e críticos das formas tradicionais de se fazer política.

Em poucos dias, a lista de celebridades a favor dos protestos ganhou nomes como Paulo Coelho, Caetano Veloso, Gisele Bündchen, Max Cavalera, Luciano Huck, Ivete Sangalo e Cláudia Leite. Políticos também tentaram se aproximar do movimento. Nenhum deles teria tanto êxito quanto um deputado federal de extrema-direita, sem projeção nacional, mais conhecido pelas polêmicas do que pela atuação parlamentar: Jair Messias Bolsonaro, 58 anos, capitão reformado do Exército, do Partido Progressista (PP).

Menos de 24 horas depois dos confrontos em São Paulo, Jair Bolsonaro lançou a sua fanpage oficial no Facebook. A primeira publicação, na tarde de 14 de junho, dizia: “Caros amigos, tentarei a partir de agora centralizar as informações do meu trabalho em apenas uma página, para evitarmos sobrecarregamento de informações repetidas”. Até então o deputado alimentava três perfis na maior rede social do mundo, mas esbarrava na limitação de reunir só 5 mil seguidores por conta. A mensagem inicial teve um alcance modesto, à altura do capital político de Bolsonaro – 617 curtidas, 69 partilhas e 97 comentários. Esses comentários instavam uma ideia que faria até o mais ingênuo dos parlamentares cair na gargalhada. No entanto, ganharia pujança nos meses seguintes: “Saia candidato à Presidência, contamos com o senhor”; “Seria muito bem ter você como presidente da República”. Naquele mês o capitão reformado ainda fez 22 publicações. Ataques ao PT, censuras ao aumento da passagem, alertas sobre os perigos do comunismo e elogios rasgados aos seus filhos, o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP-RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (PP-RJ). Algumas postagens terminavam com um cumprimento dos tempos da caserna; Selva!

Os partidos de esquerda não perceberam, tampouco os jornalistas e intelectuais. Nascia ali um exército virtual de anônimos, voluntarioso, que usaria as *fake news* como arma para escoltar a extrema-direita até o Palácio do Planalto. Os soldados da incursão, na maioria jovens, ficariam conhecidos por bolsominions. (DI FÁTIMA, 2019, p. 221-222).

O uso das novas tecnologias e das redes sociais na organização e realização dos protestos foi impactante para o sucesso das manifestações. As redes sociais desempenharam a ação omitida pela televisão. Os meios tradicionais de comunicação ficaram reféns das redes sociais operadas pelos manifestantes. A propagação das informações por meio das redes sociais era instantânea e se espalhava exponencialmente. A conexão entre comunicação livre pelo Facebook, YouTube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um espaço público de liberdade (CASTELLS, 2013)

Assim que se conectava a internet, era possível acompanhar, minuto a minuto, a movimentação dos usuários nas mídias sociais logo nas primeiras horas do dia. Mensagens vinham de todos os lados, falando de protestos que se multiplicavam em outros protestos, posts eram publicados e fóruns se formavam para discutir o cenário da política brasileira.

De repente, as redes sociais tornaram-se um palanque de discussões e ferramentas eficaz para a convocação de manifestações pelo Brasil, com um poder incontrolável que crescia a cada dia.

(...)

As comunicações nas mídias sociais, que tanto influenciaram as manifestações no Brasil, se caracterizaram pela ação de milhões de nômades conectados, distribuindo informações e interagindo entre si.

O espaço público tornou-se o encontro entre o mundo virtual e o local físico, onde o poder do nômade digital é representado pelos jovens internautas que ameaçaram e encurralaram o poder do governo. Os políticos, presos a territórios demarcados por suas leis, mapearam seu poder de ação. E seria com esse poder legislativo que os políticos se agarrariam como forma de defesa no seu território de domínio (FERNANDES; ROSENO, 2013, p. 15-34).

A mobilização, iniciada como um protesto contra o aumento da tarifa dos ônibus que passaria de R\$ 2,80 para R\$ 3,00, cresceu exponencialmente. Logo, as ruas foram ocupadas por conta de demandas diversas. Ao longo do mês de junho não ocorreram apenas as manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre contra as tarifas em São Paulo. Houve manifestações corriqueiras nos últimos anos como a Sexta Marcha da Maconha, Parada de Orgulho Gay, além de outras conjunturais como a dos professores do ensino básico público, profissionais da saúde, policiais e sem-teto. Todos realizaram protestos na Avenida Paulista focados em suas demandas específicas. Todavia, com o decorrer do tempo, as pautas específicas foram se pulverizando.

O mecanismo de mobilização já não era o preço da tarifa, e sim uma pluralidade de causas sociais. Entre as *hashtags* mais publicadas na internet estavam: #VemPraRua, #AcordaBrasil, #MarcoCivil, #AtoMédico, #CopaPraQuem, #20Centavos, #PasseLivre, #LiberaçãoDaMaconha, #ContraCorrupção, #CódigoFlorestal, #Ditadura, #SemPartido, #ReformaPolítica, #Democracia e, até, #MonarquiaJá. A multidão exigia melhorias na saúde, educação, saúde pública, infraestrutura e mobilidade urbana. Reivindicava transparência com o público e combate à corrupção. Criticava propostas de lei, os gastos estratosféricos com a Copa do Mundo e o foro privilegiado. Entre 16 de junho e 17 de julho de 2013, os temas mais citados no Facebook, Google+, Youtube, Twitter e Instagram revelam a predominância de dois grandes tópicos: Direitos Básicos (42%) e Temas Políticos (40%). Dos assuntos políticos mais recorrentes,

seis atacavam líderes e governos dos maiores partidos do país – PT, MDB, PSDB. Apesar da diversidade de causas, faixas em diferentes encontros falavam mais ou menos a mesma coisa: “Somos a rede social”. (DI FÁTIMA, 2019, p. 229).

Allan Gripp, citado por Gohn (2014), subdivide as manifestações em três fases.

A primeira teve foco na tarifa e reuniu majoritariamente estudantes. A segunda – com forte apoio popular e mais efêmera – arrastou multidões contra a baixa qualidade dos serviços públicos, a corrupção, a polícia e tudo mais. Por fim, restaram as “manifestações” mais radicais, já sem o apoio da maioria da população, marcadas pela quebradeira dos adeptos da tática Black Bloc. (GRIPP apud GOHN, 2014, p. 24).

A onda de insatisfação reverberou na presidente Dilma Rousseff, que tinha aprovação de 57% e viu a sua popularidade cair à metade naquele mês. As ruas, historicamente ocupadas pela esquerda, também passaram a ser disputadas por grupos que se opunham tanto ao Partido dos Trabalhadores (PT) quanto aos demais movimentos esquerdistas que faziam oposição aos governos petistas. A insatisfação, contudo, não significava uma rejeição em bloco do que tinham sido as políticas dos governos petistas até ali. Bem pelo contrário, é possível dizer que Junho de 2013 foi um movimento por “mais”: mais serviços públicos de qualidade, mais mobilidade urbana, mais direitos, mais participação, mais ações contra nossas desigualdades históricas. Era essa a reivindicação implícita nos gritos por “saúde e educação padrão FIFA”.

Tudo isso em meio aos preparativos da Copa do Mundo, que coroaria a imagem do Brasil como uma economia emergente no sistema mundial. No entanto, foi essa mesma Copa que escancarou a permanente violência do Estado contra as populações mais vulneráveis e sua relação promíscua com grandes corporações em acordos e licitações⁴. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 31).

Junho de 2013 entrou para a história do Brasil como um momento de ebulição da insatisfação popular que eclodiu em uma série de manifestações. Milhões de pessoas tomaram as ruas de todo o País, não apenas nas capitais, em protestos com pautas difusas, sem ordem clara ou comando definido. Os resultados dessas mobilizações são os mais diferentes possíveis. Da ampliação do uso do espaço público e dos pedidos por maior efetividade da democracia, até a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita que chegaram a derrubar a presidente.

As Jornadas de Junho emergem de um mosaico de contradições. Altos impactos e serviços públicos ineficientes, corrupção endêmica e sentimento de impunidade, nova classe média e violação sistemática de direitos. O valor

da tarifa de ônibus foi a gota d'água e fez o copo transbordar. A insatisfação generalizada nasce do acúmulo de descontentamento ano após ano. A internet funcionou como um imã e atraiu vozes que repudiavam a violência policial. Protestar não é pecado. Ao ser perguntada por que estava na rua, uma garota argumentou: “Eu não consigo imaginar uma razão para não estar”. Era a resposta que todos queriam dar. (DI FÁTIMA, 2019, p. 225).

Diferentes analistas consideram que as megamobilizações pró-impeachment de 2016 foram gestadas naqueles dias de junho. Aquilo que começou como um pedido por mais investimentos na área pública resultou em mais recursos para a área privada. Por outro lado, enfraqueceu partidos tradicionais, como PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira), e abriu espaço para os movimentos sociais.

Para piorar o cenário da rejeição, o brasileiro estava mais interessado em saúde e educação do que na Copa das Confederações. A crise de representatividade refletiu na internet, principal meio de mobilização dos protestos. Estima-se que em uma semana o país do futebol tenha mencionado os atos 2 milhões de vezes no Facebook, Twitter, Youtube, Instagram etc. As publicações podem ter alcançados, por dia, 132 milhões de internautas em todo o globo. A Copa das Confederações teve apenas 214 mil menções, reafirmando o desejo das ruas: “Nós queremos escolas e hospitais padrões Fifa”. Segundo o Ibope, 75% dos manifestantes convidaram, pelas redes sociais, pessoas para protestar. Na época, quase a metade dos brasileiros acessava a internet. (DI FÁTIMA, 2019, p. 226).

Dentro desse caleidoscópio social que foi Junho de 2013 há uma certeza: não existe consenso sobre as tramas que o enredaram. Momento pré-revolucionário (que depois se dissipou direcionando-se para outro rumo), o renascimento de ideais fascistas, contrariedade sobre o aumento das passagens de ônibus, início das manifestações que culminaria no golpe que destituiria a presidente Dilma Rousseff, são alguns dos temas.

Explicações podem ser propostas para os motivos dessa complexidade e dificuldade de definições claras e precisas. Primeiramente, não há nada de simples em Junho de 2013. As manifestações foram diferentes ao redor do Brasil. Teve fases distintas. Pautas mudando diariamente. Diversos grupos se manifestando. Em segundo lugar, Junho de 2013 propiciou a abertura de uma conjuntura, uma ruptura de uma certa normalidade em que a política brasileira estava estacionada. Normalidade marcada pela lógica da governabilidade, de uma economia até então estável e índices sociais em processo de melhora. Junho de 2003 eclode como uma erupção vulcânica, envolvendo atores sociais cansados com a relação com a classe política.

Há alguns pontos sobre Junho que valem a pena ser mencionados, e também sua influência na análise geral, haja vista que ela foi enorme; esse movimento instaurou novas formas de pensar e fazer política; alertou a esquerda brasileira, a moderada e a radical, quanto à despolitização e à fragmentação; organizações de esquerda reagiram de maneira diferente; e a esquerda assumiu responsabilidade e atribuiu falhas de maneira diferente também; tem havido mais expressões abertas de mobilização desde então.

Essas expressões ainda dependem de questões atuais e de resistência; a maior parte do seu potencial ainda é bastante espontâneo; maiores esforços de mobilização ainda são lentos; protestos e manifestações trouxeram uma nova estética que se choca com eventos tradicionais da esquerda; mais pessoas estão envolvidas em ativismo regular, mas a maioria dessas adições ainda constituem uma vanguarda; a maioria da população ainda se liga a Junho principalmente por indignação, que, como significante, pode ser facilmente esvaziado.

É fato que a direita conseguiu capturar alguns (nem todos) dos sentimentos de Junho a seu favor; e, embora a política esteja novamente na ponta da língua de todos, a pós-política⁵ e a ultrapolítica⁶ sequestraram grande parte da linguagem e do conteúdo do debate. Finalmente, a esquerda ainda está coletivamente intrigada com Junho, apesar de qualquer reivindicação de organizações individuais acerca disso. Mais intrigada do que com o golpe parlamentar de 2016, pois ali as interpretações dividem a esquerda, mas com maior convicção. (FERNANDES, 2019, p. 22).

Fatos não surgem do nada. Quando se abre uma nova conjuntura, os fenômenos adquirem um corpo diferente, além de outros também aparecerem. Parte-se de um processo de uma luta organizada, com forte teor de classe, participação de estudantes e pauta social. Até esse momento, a mídia tradicional realiza cobertura tendenciosa, criminalizando as ações. Nesse contexto é que o papel exercido pelas redes sociais como contrapoder ganha relevo e importância ao jogar luz naquilo a mídia tradicional escondia em suas coberturas⁷. São Paulo e Rio de Janeiro ganharam destaques. Mas as manifestações estavam espalhadas por centenas de cidades pelo País, externando o seu processo de massificação. Nesse momento, aglutina-se às manifestações grupos e pautas distintos daqueles que originaram o movimento.

Julho de 2013 e os meses subsequentes são marcados pelo esvaziamento de pautas. Esse esvaziar gera uma oportunidade à direita de se reinventar, apropriando-se de movimentos por cidadania, democracia e anticorrupção, camuflam a sua estética política, trabalham a despolitização, investem ainda mais em comunicação.

A guinada reacionário-fascista, portanto, é uma possibilidade nada absurda para este movimento que nasce tão bem-intencionado. Isto, aliás, é que me deixa tão preocupado: os jovens que vi hoje na rua eram... lindos. Lindos. Felizes em seu papel democrático, acreditavam estar desempenhando uma

função histórica fundamental. E estão. Mas se não surgir um foco para esta embrionária revolução, o perigo para que ela se desvirtue e seja cooptada pelo que temos de mais reacionário, conservador, atrasado e estúpido é real e imediato. (VIANNA apud MESSAGI JÚNIOR, 2019, p. 77).

Existem duas interpretações mais correntes sobre as Manifestações de Junho de 2013. Uma mais otimista, que atribui a esse momento uma grande potência democrática, de expressão de novos sujeitos políticos. A outra interpretação é bem mais pessimista, ao considerar que junho foi capturado por uma direita neofascista, antidemocrática, que abriu caminho para o golpe institucional de 2016.

Contudo, essas duas interpretações são insuficientes porque as Manifestações de Junho de 2013 foram tudo isso e muito mais. Representou uma coexistência física, nos mesmos espaços, de sujeitos heterogêneos, mas que estavam ali por motivos muito diferentes. Havia um antipetismo à direita do PT, protagonizado por setores conservadores, liberais, inclusive fascistas, e um antipetismo à esquerda, profundamente radical. Essa coexistência densa do momento inicial de junho foi um momento de catarse geral, de descarga emocional de indignação mesmo, uma tendência de maior individualização do ativismo, no qual muitas pessoas saíram às ruas sem partido, sem uma organização por trás, como se o protesto em si fosse mais importante que a lógica do movimento.

Não é verdade que Junho de 2013 começou como uma manifestação de esquerda e foi sendo capturado pela direita. Desde o começo, conviviam diferentes setores da esquerda, como os autonomistas, os mais radicais e o campo popular-democrático, formado pelos movimentos e partidos mais tradicionais, e por uma direita de diferentes características, com segmentos conservadores, liberais e nacionalistas. O que aconteceu após esse momento foi uma decantação desses grupos e dessas práticas políticas heterogêneas, que passaram, aí sim, a disputar os espaços políticos, convocar manifestações em espaços separados, disputar pautas distintas. E isso vai levando a um posicionamento desses atores emergentes.

Grupos de direita, como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o Vem pra Rua, só surgem nesse momento posterior, em 2014, como resultado das forças sociais de direita que foram às ruas em junho, e também vai levando à necessidade de realinhamento dos atores políticos tradicionais do campo da esquerda democrático-popular.

Os campos políticos à direita, sobretudo setores liberais e conservadores, já existiam antes disso. O que talvez seja uma novidade trazida por Junho de 2013 é a expressividade pública, o uso de protestos nas ruas, as formas de mobilização de alguns grupos e coletivos que, em alguma medida, tentam imitar certas lógicas de protestos da esquerda, uma estética parecida, na forma-movimento, para se colocarem como atores públicos legítimos na sociedade (é o caso do MBL e o Vem pra Rua, por exemplo), muito embora esses mesmos grupos de direita também tenham uma circulação muito próxima com partidos políticos.

É muito importante não se homogeneizar esses campos políticos. Da mesma forma que se tem conhecimento de que há uma pluralidade na esquerda ou nas esquerdas, também existe uma heterogeneidade enorme nas direitas no Brasil. Setores da esquerda cometem

o equívoco de pensar que a direita é composta por um bloco monolítico. (CASIMIRO, 2018; SOLANO, 2018; ROCHA, 2020).

Há uma diversidade grande de conservadores, liberais-conservadores, liberais, libertários e anarcocapitalistas. Existe uma direita monarquista, uma direita que se conecta em rede como nova forma de ativismo, outra que está mais presente no parlamento do que nas ruas. E analisar essa heterogeneidade de campos políticos em disputa é importante para poder se identificar, a partir daí, as fraturas e as divisões dentro da direita, mesmo que se diga que a direita costuma ser mais pragmática na unidade.

A presença da mídia noticiosa tradicional é combinada com uma utilização de novos canais proporcionados pela internet, com uma miríade de páginas em redes sociais, vídeos no Youtube e *hangouts*⁸ muito frequentados. (O sucesso da direita na utilização das novas tecnologias não é alheio ao fato de que muito da mística subversiva associada a elas aposta na suspensão da possibilidade do controle estatal, isto é, um discurso que possui afinidades eletivas com o ultraliberalismo.) Como consequência da visibilidade nas mídias tanto tradicionais quanto novas, estabeleceu-se um forte mercado editorial para autores de direita, que produziu boa parte dos *best-sellers* de “não-ficção” da última década. As presenças na mídia e no mercado editorial, por fim, acabam impactando o mundo universitário, uma vez que o acesso a elas é um incentivo ao qual os acadêmicos costumam ser sensíveis. (MIGUEL, 2019, p. 99).

A questão central é entender que essas direitas não têm só uma expressividade nas ruas e nos parlamentos. Elas começaram a disputar projetos culturais de sociedade, disputam territórios, leituras, socialização política, sociabilidade e redes sociais. Essas direitas têm um projeto mais amplo do que apenas ganhar as eleições ou utilizar as ruas conjunturalmente. Isso é algo importante de ser compreendido para qualquer iniciativa de rearticulação da esquerda no Brasil e de entendimento mais complexo sobre Junho de 2013⁹.

O ano de 2014 marcou o avanço da extrema-direita no Brasil. A tragédia era anunciada. Celso Russomano (PRB) e o pastor Marco Feliciano (PSC) foram os deputados mais bem votados em São Paulo, e o Rio de Janeiro escolheu Jair Bolsonaro (PP) em primeiro lugar. O deputado mais votado no Rio Grande do Sul naquele ano, Luis Carlos Heinze (PP), declarou que quilombolas, índios, gays e lésbicas são “tudo o que não presta”. A guinada conservadora já estava em curso, desenhada e pronta para eclodir. É comum que se responsabilizem as Jornadas de Junho de 2013 por tudo o que aconteceu no Brasil (...), esse é um argumento que não ajuda a compreender o fenômeno de rearticulação das direitas nacionais e globais, que vêm conquistando corações e mentes desde a virada do milênio.

(...)

O ano de 2014 foi muito importante para entender a extrema-direita que saía do armário. Até aquele momento, diversas pessoas tinham vergonha de se dizer de direita. Desde então, elas têm orgulho. Foi em 2014 que o Brasil elegeu uma das bancadas mais conservadoras de sua história, em uma eleição já marcada por profundo ódio destilado contra os nordestinos. A vitória de Dilma foi apertadíssima (51,64% dos votos). Por um instante, eternizado em uma imagem que já virou um clássico na internet, seu oponente Aécio Neves chegou até a comemorar vitória na presença do amigo Luciano Huck. Aécio nunca aceitou o resultado das urnas, pedindo inclusive auditoria da votação. Desafiando a democracia, ele ataçava ainda mais uma horda que já estava a postos. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 67-71).

É inegável que as direitas capturaram melhor o esvaziamento das pautas e souberam transformar em despolitização o descontentamento rastreado na sociedade em estratégia de poder. A polissemia de acontecimentos que marcaram as Jornadas de Junho de 2013, contudo, não pode empalidecer que o impeachment de Dilma Rousseff, foi um golpe, um golpe de classe que, em um futuro muito próximo, gangrenaria o País.

É fundamental compreender o golpe brasileiro de 2016 com um golpe de classe, numa movimentação de suas frações, e, para tanto, enraizá-lo ainda mais na reprodução dos capitais mundial e nacional. Tal processo é bastante contraditório, atravessado por antagonismos e disputas, de sorte que se pode até vislumbrar as estratégias de alinhamento das frações brasileiras do capital a suas consortes internacionais, com pleitos por abertura de mercados, transparência nos negócios, fim da corrupção etc., abrindo as portas do capital nacional a sua canibalização internacional. A história e a reprodução social não são transparentes para seus agentes, tampouco há uma central de inteligência dos capitalismos nacionais, ou mesmo mundial. Nesse processo de disputas, competições, construções de sentidos ideológicos e lutas sociais, manipulações ideológicas propositais do povo podem emparelhar-se com voluntárias simpatias de submissão das frações burguesas nacionais ao concerto geral da exploração econômica mundial. Nesse caso, o golpe de 2016 resulta em um processo de ganhos e perdas apenas parcialmente claro a seus agentes, que controlam muitas de suas variáveis, mas não todas. Quanto mais a crise de 2008 se avolumava e o Estado brasileiro não conseguia satisfazer a queda de acumulação dos capitais nacionais e internacionais – e as demandas das classes trabalhadoras e médias –, mais o sistema institucional se abeirou de uma decisão que seria advinda dos poderes das frações sociais em jogo. O golpe realinha os termos dessa disputa relativa.

Tomando-se a dimensão do golpe de 2016 como um novo e distinto arranjo da economia e da política no Brasil, vê-se que ele está crivado de demandas tanto mundiais quanto nacionais de conflitos e resoluções imperiosas. Por se tratar de

uma crise interna do capitalismo, que não põe em causa suas estruturas últimas, e sim tenta resolver seus impasses mantendo suas formas sociais gerais, ela será uma crise de relações entre frações e classes, instituições e agentes, que devem mudar para que se mantenha o fundamental. Assim, a crise e o golpe dentro de um mesmo padrão de estruturação capitalista, mas com novas modulações nas relações entre as frações de classes burguesas brasileiras e exteriores, levam a perdas e ganhos que geram linhas de reacomodação do capitalismo. A natureza do golpe presente será, então, intimamente ligada às próprias estratégias de acumulação, tanto do capital nacional quanto dos internacionais, e das eventuais fissuras entre seus interesses específicos. (MASCARO, 2018, p. 87-88).

Toda essa conjuntura articulada ao uso massivo das redes sociais construiria uma narrativa política cuja produção de sentidos, nas eleições de 2018, verteria um “Brasil acima de tudo”. Slogam personificado em uma fraude antissistema. Tanto a internet quanto as redes sociais não substituem a política, mas a robustecem com novos poderes e novas dinâmicas.

NOTAS

2 “Alguns protestos sobre a mobilidade urbana já vinham acontecendo no Brasil desde 2003, como em Salvador, na capital baiana. Manifestações que tinham como um dos objetivos, se opor ao aumento da tarifa do transporte público. Diante desse problema, em 2005, o Movimento Passe Livre (MPL) foi fundado na cidade de Porto Alegre, na plenária do Fórum Social Mundial. Durante os anos que se seguiram, outras manifestações foram realizadas em diferentes cidades, em sua grande maioria, por estudantes universitários e trabalhadores que aderiram à causa. Em 2011, as reivindicações contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos, e a favor do passe livre, provocaram reações de protestos em muitas regiões do Brasil, acentuando-se, à época, na cidade de São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, com cerca de 4 mil habitantes. No dia 29 de agosto de 2012, cerca de 2 mil pessoas protestaram contra o possível aumento de vinte centavos na passagem de ônibus, na cidade de Natal. Nesse dia houve repressão por parte da polícia. Em março de 2013, o Movimento Passe Livre protestou em Porto Alegre e alcançou rapidamente São Paulo, Belém, Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro e Salvador. A mídia e a população passariam a encarar as manifestações populares de uma forma jamais vista antes”. (FERNADES; ROSENO, 2013, p. 16).

3 São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília foram as cidades onde as manifestações foram mais intensas. O mês de junho de 2013, o auge dos protestos, 353 cidades se envolveram, chegando a mobilizar um milhão de pessoas em um só dia – 20 de junho. (GOHN, 2014).

4 “Eventos mundiais desportivos envolvem empresas multimilionárias. A FIFA tem mais países afiliados do que a ONU (Organização das Nações Unidas), e recebe os benefícios de

leis especiais, que garantem a isenção fiscal e a venda autorizada de produtos, alimentação e bebidas no perímetro de 2 km ao redor dos estádios. A FIFA é o Vaticano do futebol: um país à parte, repleto de investidores”. (FERNANDES; ROSENO, 2013, p. 57).

5 “A pós-política é um tipo de despolitização que age no campo do senso comum como uma forma de pós-ideologia, na qual assuntos relacionados a status político, social e econômico são efetivamente gerenciados. Esse gerenciamento dá a impressão de que não há luta ou disputa de projeto a ser feita. Isso quer dizer que a disputa influenciada diretamente por posições ideológicas é rejeitada; ou seja, o fazer da política torna-se subordinado a uma presumida imparcialidade atribuída à tecnocracia e aos especialistas esclarecidos”. (FERNANDES, 2019, p. 216). A pós-política também se anuncia como “nem de direita e nem de esquerda”, com um posicionamento difuso, mesmo quando claramente defende um ponto ideológico.

6 “A definição mais conhecida de ultrapolítica é fornecida por Slavoj Žižek, em uma nota de rodapé em um livro de 1999: ‘A ultrapolítica recorre ao modelo de *guerra*, a política é concebida como uma forma de guerra social, como relação para com ‘Eles’, para com um ‘Inimigo’”. (FERNANDES, 2019, p. 257). Os movimentos fascistas ou populistas que adotam os lemas de ‘nós contra eles’ personificam bem a ultrapolítica, criando símbolos chauvinistas e bodes expiatórios. Eles buscam condensar a variedade ideológica em apenas dois polos que devem se digladiar a todo custo, ao ponto não somente de vencer um adversário, mas de eliminá-los completamente.

7 A Mídia Ninja é um exemplo concreto desse acontecimento. Fernandes e Roseno (2013, p. 53), explicam que: “A Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é um grupo com cerca de 100 pessoas, que sem cortes e sem edição, transmite ao vivo as manifestações populares por todo o território nacional pela internet. Não sendo ligada a qualquer partido político ou empresa de comunicação, ela age independente, misturando realismo jornalístico com denúncia. A autoria é coletiva e os equipamentos vão desde microcâmeras Go Pro, até carrinhos de supermercado adaptados com filmadoras. A popularidade do grupo é respeitada, atualmente possui mais de 149 mil fãs no Facebook, 15 mil seguidores no Twitter e milhares de pessoas assistiram suas produções. A audiência é tamanha que emissoras como Globo, Record e Bandeirantes disputaram a atenção de telespectadores com a Mídia Ninja”.

8 Trata-se de uma plataforma de comunicação, desenvolvida pela Google, que inclui mensagens instantâneas, chat de vídeo entre outros recursos.

9 O filósofo Vladimir Safatle (2020), afirma: “Nesse momento da história, é necessário ter claro o fato de que a Nova República acabou”.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. (Orgs.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARBEX JR, J. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

- BRUZZONE, A. **Ciberpopulismo**: política e democracia no mundo digital. São Paulo: Contexto, 2021.
- CARLOTTO, M. Junho de 2013: golpe e revolução. In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. (Orgs.). **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 111-118.
- CASIMIRO, F.H.C. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 255-288.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- CASTELLS, M. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- COUTINHO, M; SAFATLE, V. A internet e as eleições municipais em 2008 o uso dos sítios eletrônicos de comunidades na eleição paulistana. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 115-128, out. 2009.
- DI FÁTIMA, B. **Dias de tormenta**. Os movimentos de indignação que derrubaram ditaduras, minaram democracias e levaram a extrema-direita ao poder no Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2019.
- FERNANDES, E; ROSENO, R. F. **Protesta Brasil**: das redes sociais às manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora, 2013.
- FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- GOHN, M. G. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- MASCARO, A. L. **Crise e golpe. São Paulo: Boitempo: 2018.**
- MENDES, M. A revolução colorida brasileira. In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. (Orgs.). **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 49-60,
- MESSAGI JÚNIOR, M. **Outros junhos virão**. Processos organizados em rede e as democracias radicalizadas. Curitiba: Kotter Editorial, 2019.
- MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**: da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.
- MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. Porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- ROCHA, J. C. C. Bolsonarismo é a mais perversa máquina de destruição de nossa história republicana. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/bolsonarismo-e-a-mais-perversa-maquina-de-destruicao-de-nossa-historia-republicana.shtml>> Acesso em: 09/Ago/2020.
- SAFATLE, V. **A Nova República acabou, diz filósofo Vladimir Safatle**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/a-nova-republica->

acabou-diz-filosofo-vladimir-safatle.htm>. Acesso em: 05/Ago/2020.

SAFATLE, V. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. In: ALTMAN, B; CARLOTTO, M. C. (Orgs.). **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. São Paulo: Boitempo, 2023, p. 97-110.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Twitter e o Facebook foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 95-100.

SOLANO, E. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.